



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, realizada no dia onze de abril de dois mil e vinte e quatro, com a presença dos seguintes conselheiros da bancada governamental : Nilma Gomes dos Reis, Flávio Cardoso e Crislaine Roque (Subcult), Glória M. Anchieta e Mírian Rodrigues (Subturismo), Flávio Henrique (Subsemdhir) e os conselheiros representantes da sociedade civil: Márcia Brair (Projeto Excelência), Francisca Nubiana (AEFNS), Marlúcia L. Silva (Ylé D'Yemonjá e Óssóóssi), Juciara M. dos Santos (AMOJAM), Fernando José e Antonio Simão (GRES Praça da Bandeira), Marcos Paulo S. Góes (Casa da Cultura), Júlio Viana (Artista ativista Músico) e Sérgio Sabino (Artista Músico), além dos ouvintes presentes, oito pessoas do Fórum Meritiense de Educação e Cultura – FOMEC também estavam presentes. (Marcelo Silva do Couto, Eduardo da E. Silva, Marco Moreno, Ana Lucia Ferreira (Yá Lucia), Hudson Vieira de Souza, Agtanusa Soares Porciúncula, Marcio Roberto Narciso Soares e Mauro Bueno da Silva). Às quinze horas e vinte minutos o presidente do conselho inicia a reunião dando boas vindas aos conselheiros presentes e aos ouvintes, pergunta sobre a última ata e a secretária executiva Nilma Reis informa que está aguardando as atas referentes ao período em que a conselheira Sra. Marlúcia do Ylé D'Yemonjá e Óssóóssi, assumiu o secretariado, solicita mais uma vez que sejam enviadas para poderem ser publicadas no Diário Oficial. O presidente prossegue sua fala dizendo a todos que foi realizada uma reunião do Fórum no dia nove de abril para discutir o processo da PNAB, resgate do Fórum Meritiense e que este deu origem ao conselho de cultura, trouxe um documento desta reunião, uma “CARTA ABERTA” para a gestão pública com as demandas da sociedade civil, a carta foi formulada pelo Fórum na reunião, vem com a lista de presença anexada e conta com dez perguntas, caso seja necessário poderá ser acrescentada mais perguntas informa o presidente. Após a fala é passada para a conselheira suplente Sra. Crislaine que faz parte da comissão técnica, que explica sobre a consulta pública ‘on line’ para sugestão dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura que está aberta desde o dia cinco de abril, solicita que os membros do conselho divulguem em suas redes sociais para que mais artistas sejam alcançados. Essa consulta Pública vai ficar disponível até o dia quinze de abril, esse é um momento importante para podermos formular o Plano de Aplicação Anual de Recursos – PAAR, pedimos a cooperação do conselho que é parceiro, ajudar na divulgação. A Audiência Pública presencial será no dia dezoito de abril às dezoito horas e trinta minutos no Centro Cultural Meritiense, esse momento será a oportunidade para ouvirmos as demandas e retirar as dúvidas e explicar sobre a Lei nº 14.399 de 2022, a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB, a partir da Audiência Pública será cadastrado o PAAR até o dia trinta e um de maio na plataforma Transferegov. Por ser um ano eleitoral precisamos ter celeridade e responsabilidade com o dinheiro público, porque depois teremos a prestação de contas junto ao Governo Federal, até agora o Ministério da Cultura - MinC não disponibilizou as minutas da Política Nacional da Cultura Viva, não saiu ainda atualização da Instrução Normativa que vai determinar os valores que serão praticados no Chamamento Público da Política Nacional da Cultura Viva. Logo após a Sra. Crislaine abre a oportunidade para perguntas, solicita que sejam realizadas inscrições para facilitar o processo, a Conselheira Sra. Marlúcia se disponibiliza anotar os nomes dos inscritos e o presidente Sr. Marcos Paulo pede que anotem o que forem perguntar e o governo dará o informe no tempo necessário para que seja



absorvido. Cada pergunta será feita em um minuto e meio e o mesmo tempo para as respostas. A Sra. Bárbara (artista transversal) diz que em relação aos formulários sentiu falta de alguns elementos, faltam informações em relação à cultura de São João, o Município fica sem memória. No ano de 2018 foi aberto o cadastramento para os artistas trazerem documentos impressos no Centro Cultural Meritiense e depois não houve uma publicação. A subsecretária Mirian informa que foi realizado o mapeamento cultural na Lei Aldir Blanc em dois mil e vinte e que não foi necessário mapeamento cultural para a Lei Paulo Gustavo, era apenas para os homologados. A Lei Aldir Blanc em dois mil e vinte contemplou várias pessoas, mas que agora precisamos que mais pessoas se inscrevam para participar. A segunda pergunta feita pela Sra. Bárbara foi a respeito do uso dos 5% para contratação de empresa ou pareceristas para avaliação dos projetos, a conselheira Crislaine informa que foi avaliado essa possibilidade de contratação, porém, quando se trata da Gestão Pública entramos na lei da Licitação e Contratos e teríamos que abrir licitação, isso demanda um tempo que não temos, outra questão também é que se utilizarmos esse valor teremos menos artistas contemplados. A conselheira Sra. Nubiana, diz que está preocupada com a questão das datas para o edital, quem participa sabe que o prazo está corrido, que após julho há limitação, se não concluir o edital do recurso de dois mil e vinte e três, corremos o risco de não conseguirem executar, porque a prefeitura tem que ter pessoas para trabalhar nesse edital, questiona quem vai fazer parte dessa comissão para a PNAB, acrescenta que não queremos perder esse recurso. O conselheiro Sr. Marcos Paulo diz que veio com a informação de que até o dia seis de julho saem os editais e o dinheiro que não for debitado até trinta de dezembro volta para o estado, mas apesar de corrido, temos prazo suficiente. A conselheira Sra. Crislaine, explica que desde dois mil e vinte a prefeitura têm utilizado os técnicos de diversas pastas para compor a comissão técnica de avaliação, a partir da Lei Paulo Gustavo que passou a poder ser utilizado pelo Poder Público os 5% para operacionalização da Lei, a respeito de ser ano eleitoral estamos aguardando um posicionamento do Ministério da Cultura a respeito, a conselheira Mirian Rodrigues acrescenta que os homologados da Lei Paulo Gustavo assim como os da Lei Aldir Blanc I fazem parte do cadastro de artistas do Município. O conselheiro Sr. Flávio Henrique solicita previsão de data para abertura dos editais, a conselheira Sra. Crislaine, informa que temos etapas a serem cumpridas, uma delas é a escuta da sociedade civil através do preenchimento do formulário da consulta pública 'on line' que está aberto, depois a Audiência Pública presencial que será no dia dezoito de abril, após temos que cadastrar o PAAR, publicar no Diário oficial do Município, depois anexar na plataforma Transferegov, isso demanda tempo, acreditamos que até a primeira quinzena de julho os editais já estarão abertos. A Sra. Adriane do Projeto social família dos Pretinhos que já atua em Vila Tiradentes a alguns anos e não conheciam a Lei, solicita mais divulgação por parte do governo para que mais pessoas sejam alcançadas. A secretária do conselho Sra. Nilma Reis esclarece que não há necessidade de ficarem preocupados que a equipe que vai cuidar da PNAB está desde a Lei Aldir Blanc em dois mil e vinte trabalhando junto e que o secretário Jefferson e toda a equipe da subsecretaria de cultura estão empenhados em executar a lei, a questão da divulgação, o secretário na última reunião já se prontificou a usar os meios de comunicação disponíveis para que mais pessoas sejam alcançadas. A artista representante do coletivo Mulheres Yepondá Ya Lúcia,



acrescenta que os artistas só começam a mostrar a cara quando começam os editais, ninguém participa do Fórum, das reuniões, das conferências, não prestigiam o trabalho uns dos outros, entre os fazedores de cultura falta comunicação, trabalhos importantes ficam escondidos, depois dos editais somem, ficam cada um na sua até o próximo edital. O presidente do conselho Sr. Marcos Paulo diz que essa reunião aberta acontece uma vez por mês e que reunimos o conselho de cultura para que a sociedade civil acompanhe todos os processos das leis, quando a comissão for publicada precisa ir para o conselho, ir para o fórum e também pedimos toda estratégia de publicidade, colocação em ata publicada em Diário Oficial, nós precisamos de legitimidade, é importante que cada um leia a carta, ela é aberta, se quiserem tirar ou colocar alguma opinião para dizer o que vocês querem, para adquirirmos força precisamos fazer sacrifícios para estarmos aqui, participar das reuniões para sabermos onde estão os nossos direitos. Acrescenta que os coletivos e as instituições que ainda não estão certificadas façam o quanto antes na plataforma da Cultura Viva. A respeito da Política da Cultura Viva a conselheira Sra. Crislaine acrescenta que segundo a Instrução Normativa nº 8 do MinC, poderão participar Coletivos e Pontos de Cultura e que será realizado um edital específico para a Cultura Viva, acrescenta que quem participar do Chamamento Público de Fomento não poderá participar da Cultura Viva para não ter concentração de recursos por beneficiários. O presidente do conselho Sr. Marcos Paulo solicita o extrato da conta do Fundo Municipal da Cultura para conhecimento dos valores que constam no Fundo, ele afirma que precisam saber quanto tem lá disponível e principalmente o que se pretende fazer com esse recurso. Solicita que as atas que ainda não foram publicadas no Diário Oficial sejam e acrescenta que todos temos responsabilidades perante a Lei. A secretária do conselho Sra. Nilma informa que precisa receber as atas que estão de posse da sociedade civil para serem publicadas junto. Às dezessete horas e dois minutos o presidente do conselho dá a reunião por encerrada e eu, Nilma Reis, transcrevi esta ata que segue assinada, e anexo carta aberta enviada pelo Fórum.

Marcos Paulo da Silva Góes
Presidente

Nilma Gomes dos Reis
Secretária Executiva